PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

ATA Nº 15

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE JULHO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. ----------

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

FALTAS JUSTIFICADAS: Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves e Nuno Miguel Leal Ribeiro. ----------

HORA DE ABERTURA: 14H00M ----------

-------- Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves.----------

-------- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. ----------

-------- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião.----------

-------- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião.----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- Ao dar início aos trabalhos, a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções.----------

--------O Vereador Marco Martins solicitou esclarecimentos sobre a limpeza e manutenção das vias e ribeiras que estão à responsabilidade da Câmara Municipal, dando, como exemplo, na Casa da Ribeira e sem prejuízo de fazer já uma declaração de interesses, nomeadamente a situação mesmo em frente à sua casa, em que se atrevia a dizer que, eventualmente, há três meses que não era cortada a erva da ribeira nem feita a respetiva manutenção, mais dizendo que, em primeira instância, falou com o Sr. Presidente de Junta de Santa Cruz e que este lhe mencionou ter havido uma permuta de responsabilidade entre a autarquia e a junta freguesia, e que aquela responsabilidade seria autárquica, pelo que gostaria saber o que é que se passa, e o que está previsto relativamente à limpeza e manutenção das vias e ribeiras e também da Marina.----------

--------A Vereadora Otília Martins respondeu que, em relação a essas limpezas e quando se chega a esta altura do ano, existe sempre uma preocupação, de todas as partes, ou seja, quer do município, quer das juntas de freguesia, porque é a altura em que as ervas crescem mais e, como não conseguem aplicar herbicida, mas sim produto biológico, torna-se mais complicado manter essa limpeza mais assídua, como gostariam, para que não houvesse tanta erva; continuou dizendo que, em relação às ribeiras da Casa da Ribeira, têm conseguido fazer a manutenção da ribeira principal, desde a zona ao pé da igreja, até à escola, tendo sido feita uma parceria com a Junta de Freguesia, mediante a cedência de tinta para eles pintarem os muros da ribeira e, relativamente às outras ribeiras, as mesmas estão no agendamento, pelo que, quando conseguirem, também chegarão a essas ribeiras, e que, relativamente à Marina, os serviços também irão começar a efetuar a limpeza necessária. ----------

--------O Vereador Marco Martins agradeceu o esclarecimento e ressalvou que uma coisa era a manutenção em termos de embelezamento, questão essa que era importante, mas que, em relação às ribeiras, acresce outra importância, por causa da segurança, porque são vários os exemplos de ribeiras que galgaram as respetivas margens, sendo a Casa da Ribeira, exemplo disso mesmo, apesar de, nesta época, a probabilidade de chuvas ser menor, mas tendo em conta o alerta meteorológico que se encontra em vigor desde o dia de ontem relativamente a precipitação, considera que essa ribeira inspira algumas precauções, daí que chamem a atenção para esta necessidade, sendo certo que este é um período bastante complicado, havendo que gerir os mapas de férias, porque o quadro de pessoal fica menor e que, a humidade que se verifica, em simultâneo com a existência de pouca chuva, faz com que, de um dia para o outro, a manutenção dessas ervas se torne mais exigente e, perante isso, apelam para que essas lacunas sejam colmatadas o mais brevemente possível. ----------

--------O Vereador Marco Martins disse que, há uns bons meses atrás, abordaram uma questão que tinha a ver com o regime jurídico de apoio às atividades culturais e as respetivas candidaturas e, nessa altura, perguntaram se tinha sido feita, ou não, alguma candidatura nesse âmbito, tendo sido respondido pela Vereadora Paula Sousa que isso não tinha sido possível e assim e, atendendo a que, neste ano, já não falta muito para o Outono Vivo, que é um dos eventos que pode beneficiar desses apoios, questionam se este ano houve alguma candidatura a esse tipo de apoios públicos formalizada por parte da Câmara Municipal perante a tutela regional. ----------

-------- A Vereadora Paula Sousa respondeu que foram feitas várias candidaturas, sendo que já obtiveram resposta a algumas, mas que, a outras, ainda não, e continuou dizendo que fizeram candidaturas à DRAC-Direção Regional dos Assuntos Culturais, ao Turismo e ao INATEL e que, portanto, fizeram várias candidaturas relativamente às que tiveram conhecimento que estavam abertas. ----------

-------- O Vereador Marco Martins disse que a sua pergunta era bastante especifica e no âmbito do regime jurídico de apoio às atividades culturais, apoio esse que, até há pouco tempo e, crendo que, ainda hoje, seria possível efetuar, por parte da Cooperativa Praia Cultural para a organização do Outono Vivo, com um valor que, salvo erro, rondaria, nos últimos anos, os cinco mil euros, mas, no entanto e perante os esclarecimentos prestados pela senhora vereadora, o ano passado, essa candidatura não tinha sido possível efetivar, pelo que, a sua pergunta era no sentido de perceber se esta candidatura, em específico, tinha sido feita ou não. ----------

-------- A Vereadora Paula Sousa questionou se o senhor Vereador Marco Martins se estava a referir concretamente ao Regime Jurídico dos Apoios às Atividades Culturais, vulgarmente conhecido como RJAAC, ao que o mesmo respondeu afirmativamente, tendo a Vereadora Paula Sousa confirmado que essa candidatura, referente ao ano de dois mil e vinte e três, tinha, realmente, sido feita, entre outras que, entretanto, também foram submetidas.----------

-------- O Vereador Marco Martins referiu que tiveram a informação, por parte do Clube de Windsurf da Praia da Vitória, de que, com bastante preocupação, haviam recebido uma notificação para terem o espaço de pavilhão/armazém, onde funcionam há já cerca de oito anos, disponível e vago até ao dia quinze de setembro, pelo que, gostariam de perceber se, de facto, isto é verdade e qual a razão para que o clube tenha de facultar esse espaço neste curto espaço de tempo, sendo que se trata de um clube que tem dado bastante à Praia da Vitória. ----------

-------- O senhor Vice-Presidente informou que haviam reunido, há menos de vinte e quatro horas, mais precisamente, na véspera, pelas 15h30, com o Clube de Windsurf, no edifício desta Câmara Municipal que, antigamente estava cedido ao LAMTEC, e que, além do próprio, estiveram presentes nessa reunião, a Vereadora Otília Martins e membros do clube do Windsurf, tendo sido apresentadas as preocupações e necessidades do Município em utilizar o espaço que eles atualmente usam, com o propósito de se guardar o equipamento das nossas zonas balneares e dos espaços das zonas verdes.----------

-------- O senhor Vice-Presidente explicou que tentaram evitar isso ao máximo possível e justificou que essa situação só surgiu agora porque, anteriormente, usavam o pavilhão da Fonte do Bastardo como armazém, uma vez que não estava a ser usado para efeitos desportivos e, também, porque, como, durante a pandemia Covid-19, não havia festas, guardavam esse tipo de material no armazém destinado ao material das Festas da Praia, mas, aquando da tomada de posse deste executivo, o pavilhão das artes marciais foi fechado por questões de segurança e, por forma a evitar constrangimentos com outros clubes, usaram este pavilhão; continuou dizendo que, neste momento, o pavilhão da Fonte do Bastardo está a ser utilizado para práticas desportivas e que existe a previsão

de que o pavilhão das artes marciais será reaberto para o fim a que se destina e, como as Festas da Praia estão em andamento, precisam daquele espaço para os materiais alusivos às festas, para além do espaço que continuam a necessitar para equipamentos referentes às zonas verdes, acrescentando que, logisticamente, faz todo o sentido que o espaço em apreço seja utilizado para guardar esse tipo de material, bem como para executar, naquele local, alguns serviços, sendo que, este é um passo na reestruturação dos serviços por forma a garantir melhor organização e também rentabilizar a propriedade da Câmara Municipal, em vez de se pagar para utilizar armazéns. ----------

-------- O senhor Vice-Presidente referiu que queria deixar claro que foi apresentada uma alternativa ao Clube de Windsurf, para usarem o espaço ao lado, com o compromisso de o alargarem e prolongarem, mediante a eventual celebração de uma parceria com o referido clube e que compreendia, claramente, os constrangimentos da parte do clube de Windsurf mas, no entanto, não havia nada protocolado com o clube porque, na altura, o espaço foi, simplesmente, cedido, porque os mesmos só se constituíram legalmente, como associação, no ano anterior à tomada de posse deste executivo, pretendendo-se que o clube desenvolva a sua atividade nas melhores condições possíveis e, inclusive, garantindo-se a importância de convidar os mesmos para participarem durante as Festas da Praia, com alguma prova e, ao mesmo tempo, que as atividades do clube sejam garantidas e desenvolvidas em condições de segurança, porque não se pretende que as velas e as respetivas pranchas, passem entre as viaturas no estacionamento da Prainha e, além disso e como aquele edifício lhes foi cedido sem qualquer protocolo, existe também o problema de saber a quem cabe a responsabilidade caso venha a acontecer algum problema de segurança no mesmo, porquanto existe, lá, material avaliado em mais de cem mil euros e que, não existindo protocolo e tendo-se entregue uma chave daquele espaço, o Município não pode ser colocado em posição em que possa vir a ser responsabilizado e prejudicado, no futuro, caso aconteça algum tipo de problema. ----------

-------- O senhor Vice-Presidente concluiu referindo que, a ideia, a médio e longo prazo, é garantir que eles possam continuar naquela zona, perto da Prainha, garantindo aquela saída perto da areia, para que possam usufruir da segurança necessária, bem como garantir, também, aos utentes da Prainha, a segurança a que têm direito, sem que ocorra a constante passagem de pranchas e velas, que os pode colocar em risco. ----------

-------- Referiu, também, que, o prazo que lhes foi apresentado, foi o dia trinta e um de agosto por forma a que a Câmara possa ter duas semanas para orientar aquele espaço antes de acabar a época balnear, a quinze de setembro, e salientou que esta decisão surge, não apenas para o armazenamento do material já mencionado anteriormente, mas também no sentido de consolidar e reestruturar serviços, por forma a serem mais eficientes em termos de gestão, esperando que haja compreensão em relação a essa necessidade e, além disso, o Vice-Presidente informou que os membros do clube compreenderam os motivos que levaram a Câmara Municipal a tomar essa decisão, tendo ambas as partes chegado a um consenso, pelo que será realizado um levantamento das obras necessárias com o objetivo de as concluir antes do dia trinta e um de agosto.---

-------- O Vereador Marco Martins alegou que respeitavam o esclarecimento e a visão do senhor Vice-Presidente, bem como a justificação de maximizar a eficiência e

rentabilizar os serviços da Câmara Municipal, mas, no entanto e do ponto de vista dos vereadores do Partido Socialista, achavam que isso não podia ser às custas de um clube para o qual, neste caso, ainda não existe uma resposta alternativa condizente com as suas necessidades e, pelo que lhes foi dito, parece-lhes que a resposta alternativa não reúne as necessárias condições para a acomodação do equipamento já existente, e para futuros projetos que venham a ser implementados pelo Clube de Windsurf e, neste momento e em tão curto espaço de tempo, não existe uma alternativa viável para um clube já formalizado estatutariamente, e que pretende alargar a sua rede de parcerias, sobretudo com utilidade. ----------

-------- Continuou dizendo que, aquando do último ato eleitoral, um dos desejos e compromissos do Partido Socialista, para além da própria Coligação, era precisamente a rentabilização da baía da Praia da Vitória e, desse ponto de vista, consideram que este clube é uma entidade central para esse desiderato, mais referindo que, não colocam em causa que esse edifício iria permitir uma melhor resposta para os serviços, mas entendem que isso nunca deveria ser por via de um constrangimento a uma instituição e clube muito importante para a Praia da Vitória. ----------

-------- O Vereador Marco Martins mencionou, ainda, que o senhor Vice-Presidente havia referido que não existia protocolo e que, por esse motivo, poderiam estar em causa as condições de segurança, pelo que questionou se, no novo espaço existirá a salvaguarda e a garantia por parte da Câmara, relativamente à segurança e se existe a salvaguarda do espaço e das dimensões necessárias para o armazenamento do tipo de equipamento desse clube, e ainda, se será uma resposta que irá permitir um desenvolvimento das atividades futuras, para além daquelas que já são feitas por este clube, concluindo que são muitas as interrogações e que, perante isso, este clube fica, neste momento, numa situação bastante complicada, sem saber o que irá, de facto, acontecer, mas que não se opõem caso haja uma alternativa que, de facto, torne essa mudança viável e exista acordo de ambas as partes, por forma a não colocar em causa o normal funcionamento, mas o que lhes foi reportado foi que existem sérias dúvidas e preocupações em relação ao novo espaço, pelo que perguntou se este novo espaço proposto não poderia servir para acomodar as próprias necessidades da Câmara reportadas pelo senhor Vice-Presidente e permitir a continuação do clube onde atualmente se encontra instalado. ----------

-------- O senhor Vice-Presidente disse que gostaria de convidar o senhor Vereador Marco Martins para ver os dois espaços, para poder perceber a situação de que se está a falar, estando disponível para o fazer após esta reunião, e continuou dizendo que, caso avancem para a instalação do clube nesse novo espaço e, tratando-se de um melhoramento para o clube, como é obvio, a segurança vai ser devidamente salvaguardada e melhorada, referindo que os próprios membros do clube reconheceram que existia essa falta de segurança, por inexistência de protocolo celebrado. ----------

-------- Relativamente ao facto do outro espaço que se pretende ceder ao clube, vir a acomodar as necessidades, já reportadas, da Câmara, informou que isso não seria viável porquanto o objetivo principal é a rentabilização e a eficiência dos serviços, sendo que o direito da Câmara Municipal usar o que é seu, também não pode ser colocado em causa, sendo prejudicada em detrimento da manutenção do clube no atual espaço; o senhor

Vice-Presidente continuou dizendo que, para além disso, a Câmara é responsável por dar resposta a vinte mil habitantes do concelho e a várias instituições, não respondendo apenas perante um clube e, como já referiu, a rentabilização daquele espaço para os serviços da Câmara, vai poder dar a todos os habitantes do concelho, bem como aos que nos visitam, uma redução de custos e um aumento de eficiência e que, todavia, o espaço que propuseram ao clube, responde às necessidades deste e, embora não tenha a mesma altura que o anterior, isso não quer dizer que, de futuro, isso não venha a ser tido em consideração e não possa ser aumentado o pé direito daquele edifício, mas, ainda assim, o que, por agora, se comprometeram a fazer, foi a prolongar o edifício, para garantir o armazenamento de mais pranchas de windsurf. ----------

--------O Vereador Marco Martins agradeceu e aceitou o convite do senhor Vice-Presidente, mas que, por motivos de agenda, tal não seria possível nesse dia, mas, no entanto, poderiam agendar essa visita o mais brevemente possível, porque têm todo o interesse em conhecer a realidade desses edifícios e continuou dizendo, que, sem prejuízo da legitimidade das decisões da Câmara, também é legítimo concordar, ou não, com as mesmas e que, neste caso em concreto, e voltando a repetir, o que entendem é que lhes devia ter sido concedido um período alargado de seis meses, ou de um ano ou dois, para esvaziar o espaço e preparar um espaço alternativo que correspondesse às necessidades atuais e futuras e que, apesar de compreender a existência de alguns constrangimentos financeiros capazes de o impossibilitar, acredita, porém, que, em caso de mudança, é, no mínimo, seria exigível que essa instituição do nosso Concelho, veja salvaguardadas, no limite, as condições atuais, não perdendo direitos, considerando esta instituição, tal como todas outras, pela atividade que exerce, e pelo que representa, também para os jovens, para a comunidade em geral e para o desenvolvimento das atividades marítimas na nossa baía, um parceiro de excelência, sendo muito importante salvaguardar que esta, mais do que provável, alteração, não possa minar esta parceria entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e este Clube e deixam o repto e um sublinhado bastante forte, para que esta parceria não fique, de maneira nenhuma, minada, deixando claro que, se a alternativa proposta não prejudicar os interesses e aspirações do clube, e se não representar uma situação pior, em termos físicos e logísticos, ao que existe, não têm quaisquer objeções, mas as preocupações que lhes chegaram foram no sentido oposto, de uma grande preocupação, de ausência de informação e de um receio muito grande de que, a alternativa apresentada não corresponde, minimamente, às necessidades deste Clube.- ----------

--------O Vereador Marco Martins concluiu fazendo um apelo para que a Câmara Municipal evite, ao máximo, tomar decisões que possam entrar em conflito com os interesses de instituições do nosso concelho, especialmente aquelas que servem a população e toda a juventude e, apesar de reconhecer que, por vezes, isso é inevitável, destacou a importância de se fazer o máximo por forma a evitar esse tipo de situação e que, de facto, fiquem salvaguardadas estas condições, sendo que, neste momento e pelos dados que lhes chegam, não parece existir essa garantia, pelo menos da parte do clube, mas, todavia, agradecia os esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-presidente e reforçavam aqui este repto. ----------

--------O senhor Vice-Presidente deixou claro que, quando o senhor Vereador Marco Martins visitar os dois sítios, irá constatar que o novo espaço não tem as mesmas condições do espaço atual, mas, no entanto, disse que o clube necessitava de um espaço cuja necessidade principal estará salvaguardada, ou seja, guardar todos os seus equipamentos e, sendo assim, vão garantir todas as condições possíveis para o efeito, apesar do edifício para o qual vão passar não ter as condições atuais. ----------

--------Para além disso, deixava também claro que este executivo tem toda a vontade de ser parceiro do Clube de Windsurf da Praia da Vitória, do Clube Naval, e de todas e quaisquer associações, ou instituições, que pretendam desenvolver e promover atividades na nossa baía, independentemente da entidade, e se fosse outra instituição qualquer que estivesse a ocupar aquele edifício, a abordagem teria sido exatamente a mesma, e pelos mesmos motivos, porque se o clube em questão precisa de espaço, a Câmara também necessita, referindo o que disse ao principio, ou seja, que não acha justo que o município esteja a pagar uma renda para um espaço, quando tem um espaço próprio, havendo que rentabilizar o que é nosso.----------

--------Relativamente a este assunto, a senhora Presidente interveio para dizer que também era importante registar que esta situação se verificava face aos constrangimentos que a Câmara também sente, mas que têm que tomar estas decisões que, muitas vezes, podem não ser vistas como as mais corretas, ou que podem induzir a pensar que a Câmara não quer apoiar, ou ser parceira, mas isso não é verdade e, sem prejuízo de, por alguma forma, poderem ter surpreendido o clube, sempre foi intenção, desde o primeiro momento, falar com eles e, numa primeira abordagem, perceberam que, nem tão pouco, se tratava de uma entidade constituída, mas sim, de um grupo de pessoas que praticam esta modalidade e que estariam a utilizar aquele espaço para acomodar material, e que nem sabem com que regularidade o mesmo é utilizado e se algumas destas pessoas que, neste momento, possam estar associadas ao clube, podem estar a usar aquele espaço apenas como armazém, e nem sequer a praticar este desporto, havendo que ter em consideração estes fatores e, por isso, também se torna muito importante celebrar um protocolo, para que se partilhem responsabilidades e para que esta questão da segurança, que lhes parece muito pertinente, fique acautelada e também para dar a oportunidade, à própria organização desportiva, de ponderar o que têm para apresentar ao próprio Município, mediante a celebração desse protocolo. ----------

--------Continuou dizendo que, também considera importante perceber que estão disponíveis para celebrar esse protocolo, no sentido efetivo de também podermos ver o disseminar desta prática desportiva nesta baía, no concelho da Praia da Vitória e, portanto, também têm que ver a própria associação a dar passos para a formação e organização de eventos, no intuito de se despertar para uma evolução que se pretende, como também ao nível da reestruturação camarária, face às nossas necessidades e à acomodação dos nossos materiais. ----------

--------A senhora Presidente deu como exemplo a situação da montagem e desmontagem de materiais utilizados durante as Festas de Praia, nomeadamente e por exemplo, no que se refere ao volume de mastros que poderiam ficar acomodados naquele espaço, facilitando ao nível de transporte, uma vez que já não têm um camião que possa fazer esse transporte e por forma a ficarem muito mais perto da localização

onde são efetivamente necessários e, para além deste exemplo, teria muitos outros a dar, como a situação da iluminação, e tudo o que são estruturas de apoios às zonas balneares, bem como as pontes que estão nos Biscoitos, que são estruturas robustas e que não se acomodam em qualquer sítio, ressalvando que isto vai de encontro à questão colocada, sobre se o espaço que estão a oferecer não seria o suficiente para agilizar as dinâmicas da Câmara e manter os windsurfistas onde estão atualmente. ----------

-------- A senhora Presidente explicou que, devido à natureza robusta dos materiais utilizados, poderia não ser possível acomodar tudo no novo espaço proposto, mas, além disso, destacou a importância de ter espaço para a manutenção desses materiais e para a organização dos serviços, de forma a otimizar a gestão e a rentabilizar a manutenção e, portanto, o novo espaço oferecido, poderia não atender a todas essas necessidades e, assim, a Câmara está tentando conciliar todas essas necessidades, solicitando ao clube que avalie os materiais que estão atualmente no espaço e que identifique aqueles que são efetivamente utilizados, materiais esses que poderiam ser realocados para um espaço menor, mas sem comprometer a continuidade das atividades do clube e, além disso, a Câmara está a considerar projetar o crescimento do novo espaço oferecido, incluindo a alteração da vedação, a fim de proporcionar outra dignidade ao clube, permitindo-lhes realizar a manutenção de seus próprios materiais e que tenham outras dinâmicas, com mais segurança. ----------

-------- Salientou, ainda, que, a Câmara Municipal reconhece que o espaço atualmente disponível para a limpeza e higienização dos materiais do clube, é pequeno e não atende adequadamente às necessidades e, por esse motivo, propôs-se a ampliar o espaço, adicionando uma porta voltada para a frente e expandindo a vedação, a fim de permitir uma área interior para a realização dessas tarefas de manutenção e limpeza dos materiais, para, posteriormente, poderem ser acomodados, e considerou que o clube deve avaliar isso em conjunto com a Câmara Municipal, com recurso à avaliação do nosso engenheiro, num projeto partilhado, criando um ambiente adequado para a manutenção e higienização dos materiais e proporcionando uma resposta efetiva, não apenas para este clube, mas também para outras modalidades que, de alguma forma, se vão desenvolvendo, associadas ao clube naval e não só; mais referiu que tem vindo a ser efetuada a limpeza daquele local, no sentido de se rentabilizar melhor aquele espaço, dando condições para mais, e melhores, práticas desportivas e que esta é a intenção da Câmara Municipal, sendo importante que a própria instituição seja parceira, e que se avalie em conjunto, o que é melhor para todos, em termos de segurança e de tratamento de todos os materiais, que são de valor avultado e para que possam ser tratados convenientemente. ----------

-------- Concluiu dizendo que, numa primeira abordagem, poderá ter havido aqui algum choque mas que, agora, há que amadurecer toda esta situação e, depois de todas as ponderações e mediante a avaliação do espaço, propormos um esboço do que é possível crescer, no sentido de transformar e dar melhores condições para esta opção, numa perspetiva de evolução desta parceria com a associação, porque esta poderá ser uma janela de oportunidade para crescer e evoluir, proporcionando condições que poderão, até, tornar mais dignificantes para esta prática desportiva, percebendo-se o que é que, de

ambas as partes, pode ser gerado, no sentido efetivo de continuarmos a ser uma resposta. ----------

-------- O Vereador Marco Martins agradeceu os esclarecimentos prestados e expressou o desejo de que essa decisão não afete os interesses da Câmara Municipal, nem do clube mas manifestou a preocupação de que, dado o prazo estabelecido para desocuparem o espaço, fica a ideia de que surgem duas opções, ou seja, ou o clube encontra um novo local com condições adequadas para as suas atividades e equipamentos, ou chega a um acordo entre ambas as partes, e ressalvou que, dada a limitação de tempo, pode não ser possível efetivar, imediatamente, a mudança com as condições ideais, mas espera que o protocolo a celebrar, com um clube que já deu muito ao Concelho, esclareça e formalize o compromisso de cada uma das partes e concluiu dizendo que lhe parece que ainda estão numa fase algo prematura das negociações e que, certamente, haverá interesse e disponibilidade entre as pessoas, de um lado e do outro, para voltarem a conversar e chegarem a uma plataforma de interesse comum, considerando importante que, nesta fase, os membros da estrutura do clube de windsurf tenham mais informação e mais conhecimento, para que se chegue a uma boa solução para ambas as partes. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-------- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: ----------

-------- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata. ----------

-------- (01/15) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR BERTO JOSÉ BRANCO MESSIAS: ----------

-------- Email datado de 10 de julho em curso, de Berto José Branco Messias, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião de câmara do dia 12 de julho de 2023, pelo facto de se encontrar ausente da Ilha Terceira, em trabalho, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. ----------

-------- A Câmara tomou conhecimento. ----------

-------- (02/15) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA ISMÉNIA CARVALHO LANDEIRO ALVES: ----------

-------- Email datado de 10 de julho corrente, de Isménia Carvalho Landeiro Alves, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode

estar presente na reunião do dia 12 de julho de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-
-------- Email datado de 12 de julho de 2023, de Nuno Miguel Leal Ribeiro, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 12 de julho de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-
-------- **A Câmara tomou conhecimento.** ----------

-------- **(03/15) RELATÓRIO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS – 2.º SEMESTRE DE 2022 - REGULAMENTO DA QUALIDADE DE SERVIÇO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA:** ----------
-------- Presente, para efeitos de conhecimento, o Relatório da Qualidade de Serviços, referente ao 2.º semestre de 2022, o qual faz parte integrante desta ata e cuja Ata n.º 21 da equipa de Avaliação é do seguinte teor:----------
-------- "Aos trinta e um dias do mês de maio de 2023 e no âmbito dos números 1 e 2 do artigo 27º do Regulamento da Qualidade de Serviço do Municipio da Praia da Vitória, reuniu a equipa de Avaliação, composta pelos seguintes elementos: Anabela Leal, Rui Azevedo, responsável pelas Obras Particulares, Marlene Moniz, responsável pelas Taxas e Licenças e Vanda Bettencourt, delegada da Praia Ambiente EM.----------
-------- A reunião teve por agenda o seguinte ponto: ----------
-------- Ponto 1, preparação do relatório do 2º semestre de 2022;----------
-------- No ponto 1, deu-se a apresentação do relatório individual do 2 semestre de 2022, feita pelos coordenadores das respetivas Secções/Sectores que ficarão como anexos à presente ata, verificando-se que não foi registado qualquer desvio em relação aos indicadores apresentados no já mencionado Regulamento. A equipa procedeu à elaboração de um relatório final, de forma a sintetizar e a agrupar num único documento os dados apresentados, cujo teor será apenso a esta ata." ----------
-------- **A Câmara tomou conhecimento.** ----------

-------- **(04/15) PROPOSTA - REVOGAÇÃO POR MÚTUO ACORDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL) DO PORTO MARTINS:**----------
-------- Proposta n.º 2593/2023, datada de 28 de junho findo, do Vereador em regime de substituição, Dr. Ricky Baptista, do seguinte teor:----------
-------- "Considerando que: ----------
-------- O Município celebrou a 28 de Setembro de 2022, um contrato de Concessão de Exploração do Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL) do Porto Martins, com o concessionário GEOKIDS – Centro Educacional Ldª, representada legalmente por [redacted]; ----------

-------- A concessionária veio requerer a rescisão do referido contrato de exploração.-----
-------- As disposições conjugadas dos artigos 330º, alínea b) e 331º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro permitem a revogação dos contratos por acordo entre as partes, em qualquer momento.--
-------- Propõe-se assim que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de revogação por mútuo acordo do contrato de concessão de exploração do Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL) do Porto Martins, nos termos da minuta em anexo."----------
-------- O Vereador Marco Martins disse que, atendendo também que foi a vontade expressa do concessionário, iriam votar favoravelmente esta proposta, mas, no entanto e do ponto de vista político, o que lhes releva dizer, e apesar de não querer fazer juízos de valor, é que estamos perante mais uma situação de conflito entre uma entidade parceira e a Câmara Municipal da Praia da Vitória e que este é mais um exemplo de um organismo/instituição que vê a sua relação beliscada com a edilidade, quase chegando a uma situação extrema que não era, de todo, o ideal, porquanto o desenvolvimento da Praia da Vitória também passará, muito, pelas instituições deste concelho, quer sejam coletividades culturais, desportivas, ou entidades privadas com parcerias efetivas com a Câmara Municipal e acrescentou que, se, de facto, a relação entre a edilidade e esses organismos, funcionar e o desempenho normal das atividades for efetivo, certamente que o desenvolvimento do nosso concelho também será mais efetivo, célere e contundente, e que não pretendia fazer juízos de valor, uma vez que tinha poucos dados de informação, mas este é mais um episódio que considera não ser bom para ninguém, porque não é bom para a Câmara, nem para o concelho, terminar uma relação de vários anos, da maneira como terminou, pelo que fazia votos para que, no âmbito de outros protocolos existentes, ou de outras concessões, as relações não terminassem nesses moldes, nem nesses termos. ----------
-------- A Vereadora Paula Sousa agradeceu o facto de o Vereador Marco Martins não fazer juízos de valor e referiu que não se incompatibilizaram com o concessionário e que, pese embora tudo o que já foi dito e escrito, não iriam falar mais nesse assunto, acrescentando que há ciclos que se fecham e que, pela parte deste concessionário, foi precisamente isso que sentiram, porque o mesmo tinha, essencialmente, vontade de fechar esse ciclo, até porque arranjou um trabalho paralelo, e que nunca foi intenção do Município incompatibilizar-se com o concessionário, nem crê que essa imagem tenha passado para o exterior, porque sempre conversaram e sempre o ouviram, mas, realmente, foram colocadas questões para as quais o município não tinha condições de responder afirmativamente, nem de aceder aos pedidos do mesmo, entre as quais, o facto de o mesmo querer vir a ser funcionário da cooperativa e gerir a rede de ATL's, tendo esta sido uma das propostas que ele fez no sentido de não fechar o ATL do Porto Martins; continuou dizendo que, não iriam voltar a falar neste assunto porque já foi abordado em demasia e acreditava que estavam num bom caminho, porquanto existia a manifestação de interesses de três pessoas, as quais já tinham reunido com o coordenador de departamento, o qual a tem colocado a par de todas estas questões e, portanto, não iriam ver isto como o fim de um ciclo, mas sim como a abertura de uma nova oportunidade para o Porto Martins e para o crescimento do ATL e da escola, tendo

fé de que será assim que as coisas vão decorrer, e agradecia, novamente, o facto de não fazer juízos de valor porque, para o executivo, também era difícil estar constantemente a lutar para que as coisas corram bem e estar sempre com questões menos simpáticas e menos abonatórias que muitas vezes não correspondem à verdade, visto que, no próprio comunicado que foi feito, existem aspetos que não são verdadeiros, designadamente, que ninguém vedou o acesso à mata, antes pelo contrário, e inclusive possui trocas de emails com a Direção Regional da Agricultura, para perceber se era possível a questão dos animais estarem à solta. ----------

--------Por conseguinte, tudo isto foi um processo que foi, desde o início, muito trabalhado, quer a nível pessoal, quer a nível das equipas que estão consigo, bem como a nível do departamento jurídico, que também teve de dar os seus pareceres, perante certas coisas que foram invocadas em vão, sem se perceber, até, os fundamentos que estão por detrás disto, ou seja, apesar de muito ter sido dito, este caso foi, como já referiu, muito trabalhado por este executivo e era, até, um assunto que já vinha do passado, porque ela própria vinha de um conselho executivo no qual já tinha tido, também, mediação em vários processos. ----------

--------A Vereadora Paula Sousa concluiu dizendo que, o problema do Geokids foi um assunto que se foi arrastando ao longo dos anos e que culminou agora e que gostaria muito que o futuro fosse muito próspero para os pais, para os meninos, para a escola e para toda a freguesia do Porto Martins, tal como para todas as freguesias e para todos os filhos de todos os pais. ----------

--------O Vereador Marco Martins mencionou que ficava satisfeito por haver três potenciais interessados, mas, ainda assim, e tal como já havia sido questionado, quer em anteriores reuniões de câmara, quer na Assembleia Municipal, se, no cenário hipotético do concurso ficar deserto, a Câmara Municipal poderia garantir esse serviço, tendo sido respondido que a Câmara não poderia dar essa garantia, mas a opinião dos vereadores do Partido Socialista era um pouco diferente e seria muito importante para a comunidade local, sobretudo para a freguesia do Porto Martins e para as freguesias limítrofes, ter essa salvaguarda.----------

--------Disse, ainda, que, neste momento, existem três potenciais interessados que avaliam o caderno de encargos e este tipo de estrutura e de valências com potencial de rentabilidade, não só, mas também financeira, mas, no entanto e não sendo a mesma viável, consideram que seria muito importante acautelar uma garantia institucional de que esse serviço se irá manter, seja por uma via, ou por outra, mantendo sempre a salvaguarda da escola primária da freguesia também aberta e, caso não haja essa salvaguarda, consideram que não é a melhor postura, nem política, nem técnica, pelo que vão acreditar que os trabalhos estão a ser levados no sentido do concurso não ficar deserto, o que ninguém pode garantir em absoluto, porque existem sempre algumas nuances e constrangimentos que, à primeira vista, parecem não existir, mas que, depois, se constata poderem não vir a cumprir com várias questões estipuladas no caderno de encargos, mas, no entanto e mais do que entrarem aqui em minudências do que aconteceu anteriormente em relação a este assunto, para os vereadores do Partido Socialista, o que era importante, seja pela via de uma nova concessão, ou da manutenção da anterior, era que já houvesse, hoje, a salvaguarda de que esta estrutura

vai continuar, porque, quando se fala de coesão territorial, do aumento da natalidade e da fixação de pessoas, são estruturas como esta que também ajudam nesse aspeto, mas, contudo, reforçava a notícia positiva da senhora Vereadora Paula Sousa no sentido de existirem três potenciais interessados e acreditava que algum deles irá ganhar o concurso, "arregaçar mangas" e fazer um trabalho que se ambiciona de excelência.-------
-------- A senhora Presidente disse que, o importante era partirmos do princípio de que temos o copo meio cheio, e vamos vê-lo sempre meio cheio, e não meio vazio, porque temos a certeza que o trabalho que está a ser desenvolvido é, também, para gerar uma oportunidade para que a iniciativa privada se possa desenvolver, referindo, ainda, que, a apresentação dos dados de três possíveis candidatos, mostra como há vontade de desenvolver esses projetos, porque temos uma comunidade que sonha em poder ser geradora de oportunidades, como a Geokids também uma vez teve e, portanto, estamos a gerar oportunidades; continuou referindo que não podia deixar dizer que, face a tudo que o senhor Vereador Marco Martins disse até aqui e, aceitando e respeitando, principalmente, as suas preocupações, porque também são as preocupações do Executivo, mas que, mediante a discussão deste assunto, não podiam deixar de lamentar que o Partido Socialista não tivesse, sequer, viabilizado a proposta de abertura desta concessão, e que isso era lamentável, quando o Executivo trabalhou toda esta situação de forma séria, juridicamente validada, e com todos os procedimentos a corresponderem ao que é expectável para a criação dessas oportunidades, para quem pretenda candidatar-se a desenvolver e a afetar-se a um projeto, mantendo os seus filhos na freguesia e na escola, para ter, efetivamente, uma resposta.----------
-------- A senhora Presidente salientou que queria que isto também ficasse registado, porque acha que é importante e destacou que a Câmara Municipal, com toda a legitimidade, avançou com este processo de forma a que não perdessem qualquer minuto de tempo, que podia ser crucial para poderem gerar a oportunidade, no sentido efetivo do ano letivo se poder iniciar e ser dada uma resposta, sendo nesse sentido que estão a trabalhar, razão pela qual trazem aqui a revogação que pedia, e, uma vez que já votou, ficou registada, pelo que poderiam passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos desta reunião, o qual também tem a ver com este assunto. ----------
-------- Em relação ao facto do Partido Socialista não ter viabilizado a proposta conforme referido pela senhora Presidente, o Vereador Marco Martins disse que, se não lhe falha a memória, o PS se absteve neste ponto, em sede da Assembleia Municipal e que o terá feito dentro da liberdade que o grupo municipal do PS tem, por algumas dúvidas também em relação ao términus da concessão anterior, e que os próprios também tem algumas dúvidas relativamente ao caderno de encargos que será votado no ponto seguinte da ordem de trabalhos e que, obviamente, não têm rigorosamente nada a obstar ao programa de procedimento, nem à nomeação do júri mas, no entanto, já noutros concursos disseram que consideram que as obrigações da entidade concedente, leia-se Câmara Municipal da Praia da Vitória, são relativamente curtas e que falta acompanhamento e supervisão técnica, bem como outras questões que não se encontram lá firmadas, como o projeto educativo, o plano de atividades, etc., o que sendo mais da responsabilidade da entidade que vier a ganhar o concurso, também é uma responsabilidade direta da edilidade e devia merecer a atenção desta.----------

--------Acrescentou que, não querendo estar a falar por outros colegas deputados municipais, muitas vezes, quando há uma abstenção em relação a um ponto da ordem de trabalhos e, quando se sabe de antemão, que há uma proposta que irá colher a aprovação, quando já tem a maioria, não deixa de refletir o reconhecimento de algumas dúvidas e preocupações, mas respeitando a vontade que foi expressa e, sendo assim, não lhe parece que tenha a ver com uma questão de viabilizar, ou não, a proposta em apreço, mas sim por outras questões de pormenor, em que haviam algumas dúvidas.----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

--------**(05/15) PROPOSTA - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES DO PORTO MARTINS - APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO JÚRI:**----------

--------Proposta n.º 2818/2023, datada de 5 de julho corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Paula Sousa, do seguinte teor:----------

--------"Nos termos do disposto na alínea p) do nº 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, em sessão de 30 de Junho findo, deliberou autorizar a Câmara Municipal a celebrar contrato de concessão por concurso público, da exploração do Centro de Atividades de Tempos Livres do Porto Martins; ----------

--------Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal:----------

--------a) Aprove o caderno de encargos e programa de procedimento, que se encontram anexos, e que fazem parte integrante da presente proposta; ----------

--------b) Delibere nomear o seguinte júri para análise das propostas dos concorrentes admitidos a concurso: ----------

--------- Presidente: Dr. Carlos Rocha; ----------

--------- Vogal efetivo: Dr. João Paulo Carvalho;----------

--------- Vogal efetivo: Dra. Cátia Gomes;----------

--------- Vogal suplente: Manuela Vitória;----------

--------- Vogal suplente: Dr. Ricardo Toste."----------

--------O Vereador Marco Martins solicitou a apalavra para dizer que, uma vez que este assunto já foi amplamente discutido e não só hoje, relativamente à situação com o anterior concessionário, e que, do ponto de vista da visão da Câmara, entendem que neste ponto, tem de se avançar e não têm, como referiram há pouco, nada a obstar relativamente ao programa de procedimento e à nomeação do júri e, tendo em conta que o caderno de encargos continua praticamente igual e inalterável relativamente a outros procedimentos do mesmo tipo, em que, aliás, os próprios até apresentaram algumas propostas, mas o voto do PS será de abstenção, para ficar claro que é por essa situação, ou seja e sobretudo, pelo caderno de encargos e, dito isto, não pretendem, minimamente, inviabilizar o processo que, no ponto em que se encontra, está numa etapa que tem de ser efetivada, razão pela qual afirma a abstenção dos vereadores do Partido Socialista relativamente a este ponto.----------

--------**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em causa.**----------

-------- **Os Vereadores Marco Martins, Pedro Machado e Leila Dinis abstiveram-se.**

-------- **(06/15) PROPOSTA – DESDOBRAMENTO MENSAL DE VALOR DE RENDA SOCIAL EM ATRASO:** ----------

-------- Proposta n.º 2814/2023, datada de 5 de julho em curso, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------

-------- "Constitui uma das atribuições dos municípios, na área da habitação social a gestão do parque habitacional de arrendamento social, cabendo à Câmara Municipal exercer as competências necessárias ao prosseguimento normal das suas atribuições, conforme também resulta do artigo 64.º, nº7, alínea d), da Lei n.º 69/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro e recentemente também alterada pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.----------

-------- A Câmara Municipal da Praia da Vitória é proprietária de um imóvel sito na Rua de Cima, n.º 15, T3, na Urbanização de São Pedro, lugar de Santa Rita, na Freguesia de Santa Cruz, atualmente ocupado pela [redacted], moradora nesta habitação desde 20 de fevereiro de 2004, na altura parte integrante do agregado familiar da [redacted], sua mãe, e como titular do contrato desde 28 de outubro de 2015.----------

-------- Considerando o esforço constante deste Município na recuperação das rendas em atraso; ----------

-------- Considerando o plano de regularização de rendas em atraso celebrado com os inquilinos não cumpridores no pagamento regular da sua renda mensal, que no caso em apreço foi celebrado em 26 de setembro de 2018 (anexo); ----------

-------- E considerando que a [redacted] tem feito por cumprir o plano, vem agora solicitar a este Município o desdobramento do valor da renda em atraso mais antiga no valor de 36,58€, pois não consegue pagar esses 36,58€ acrescendo ainda a atual mensal de 12,94€ o que faria um total de 49,52€. Atualmente tem pago mensalmente sempre o valor da renda atual de 12,94€ e o valor de uma renda em atraso, das mais recentes de 12,94€, fazendo um total mensal de 25,88€; ----------

-------- O pedido surge devido às reduzidas condições financeiras e ao aumento do custo do nível de vida alegando que o agregado familiar é composto atualmente por dois elementos, auferindo apenas uma pensão de invalidez e respetivo complemento regional do companheiro no valor de +/- 370€, dando ênfase de que ambos possuem despesas significativas com doenças oncológicas. Apesar da situação manter-se a mesma, tenha-se em apreço o aumento do nível de vida.----------

-------- Importa mencionar que o montante total de rendas em atraso é de 964,02€ (anexo) e existe um acordo de pagamento de rendas em atraso (anexo já mencionado acima), tendo a utente optado por pagar primeiramente os valores de rendas em atraso mais baixos, em detrimento da ordem descrita no acordo devido às dificuldades financeiras mencionadas anteriormente.----------

-------- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória, delibere aprovar o seguinte: ----------

-------- a) Desdobramento mensal do valor da renda em atraso, ou seja, dividir o valor mensal de 36,58€ (referente a rendas antigas) para que possa pagar por duas vezes (18,29€), juntando sempre o valor da renda atual, correspondente a 12,94€, fazendo assim um total mensal de 31,23€; ----------
-------- b) Reajuste manual de todo este procedimento no programa de gestão de habitações sociais TAX." ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

---------- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. ----------

-------- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

-------- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas e quinze minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. ----------

Ass: _____

Ass: _____